



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL - CCBA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM ÊNFASE EM CIÊNCIAS
AGRÁRIAS

AMALRI PEREIRA RODRIGUES

**P.A Palmeiral Vietnã-MA: Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Desafios
da Permanência no Assentamento.**

BACABAL

2025

AMALRI PEREIRA RODRIGUES

**P.A Palmeiral Vietnã-MA: Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Desafios
da Permanência no Assentamento.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão, como requisito
parcial para a obtenção do título de licenciado em
Educação do campo.

Orientador: Dr. Fernando Antonio Oliveira Coelho

BACABAL
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira Rodrigues, Amalri.

P.A Palmeiral Vietnã-MA: Políticas Públicas,
Agricultura Familiar e os Desafios da Permanência no
Assentamento / Amalri Pereira Rodrigues. - 2025.
42 f.

Orientador(a): Fernando Antonio Oliveira Coelho.
Curso de Educação do Campo, Universidade Federal do
Maranhão, Bacabal, 2025.

1. Reforma Agrária. 2. Políticas Públicas. 3.
Permanência No Campo. I. Oliveira Coelho, Fernando
Antonio. II. Título.

AMALRI PEREIRA RODRIGUES

P.A Palmeiral Vietnã-MA: Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Desafios da Permanência no Assentamento.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Educação do campo.

Aprovado em: ____/____/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr. **Fernando Antonio Oliveira Coelho (Orientador)**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Prof. Dr. **Marconio Martins Rodrigues**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

Prof. Dr. **Raimundo Edson Pinto Botelho**
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, com profundo respeito e admiração, às famílias camponesas, assentados da reforma agrária e agricultores familiares que, com esforço, resistência e esperança, constroem diariamente a soberania alimentar e promovem o desenvolvimento sustentável do campo.

Dedico também aos movimentos sociais do campo, em especial aos que defendem a reforma agrária e a agroecologia, por serem fontes de inspiração e transformação social.

Por fim, dedico à minha família e a todos aqueles que acreditam que o fortalecimento da agricultura familiar é o caminho para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a valorização da vida no campo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder forças, sabedoria e discernimento para enfrentar os desafios desta trajetória, iluminando meu caminho e sustentando minha fé em cada etapa percorrida.

Aos meus pais, por todo amor, cuidado e ensinamentos que me guiaram desde os primeiros passos, e pelo apoio constante que sempre me encorajou a seguir em frente. Aos meus irmãos, companheiros de vida, que, com apoio, conselhos e exemplos, contribuíram significativamente para minha formação pessoal e para que eu não desistisse diante das adversidades.

À minha esposa, pelo incentivo contínuo, compreensão e paciência nos momentos de maior dedicação aos estudos, e por acreditar no meu potencial, mesmo quando as circunstâncias se mostravam difíceis. À minha filha, que representa uma das minhas maiores fontes de inspiração e um dos principais pilares que me impulsionam a buscar a superação diária e a me tornar uma pessoa e um profissional melhor.

Agradeço à Professora Aline Aparecido Ângelo, pelas orientações iniciais que foram essenciais para a construção e desenvolvimento deste trabalho, bem como ao Professor Fernando Antônio Oliveira Coelho, que assumiu a orientação e contribuiu com dedicação, conhecimento e orientações valiosas para o aprimoramento desta pesquisa.

Estendo minha gratidão aos colegas de curso e aos professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que, ao longo desta formação, contribuíram com saberes e experiências que marcaram minha caminhada acadêmica. A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta conquista, meu sincero agradecimento.

EPÍGRAFE

*“Uma sociedade justa deve oferecer a todos os cidadãos
as condições materiais básicas, incluindo o direito aos
meios de subsistência, para que possam viver vidas dignas
de respeito. ”*

(Martha Nussbaum, 2013)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas famílias assentadas para a permanência no Projeto de Assentamento Palmeiral Vietnã, subárea Bom Princípio, no estado do Maranhão. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, com base em estudo de caso e buscou compreender de que forma a eficácia das políticas públicas se relaciona com a consolidação das famílias no assentamento. Os resultados obtidos por meio de entrevistas com os assentados, indicam que, apesar do acesso à terra ter representado um avanço significativo, ainda persistem entraves que dificultam o pleno desenvolvimento das atividades produtivas. Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se as condições precárias das estradas vicinais, que comprometem o escoamento da produção e o acesso a serviços essenciais, bem como as dificuldades no acesso ao crédito rural e à assistência técnica. Constatou-se que a burocracia nos processos de liberação dos financiamentos e a baixa frequência de acompanhamento técnico comprometem a produtividade dos lotes e a motivação dos agricultores. Conclui-se que a permanência das famílias no campo está diretamente vinculada à efetividade das políticas públicas, sendo indispensável o fortalecimento das ações voltadas à infraestrutura, crédito e extensão rural, como forma de garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e melhores condições de vida aos assentados.

Palavras-chave: Reforma agrária; Políticas públicas; Permanência no campo.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the challenges faced by settled families to remain in the Palmeiral Vietnã Settlement Project, Bom Princípio subarea, in the state of Maranhão, Brazil. The research was conducted through a qualitative approach, based on a case study, and sought to understand how the effectiveness of public policies is related to the consolidation of families within the settlement. The results obtained through interviews with settlers indicate that, although access to land represented a significant achievement, several obstacles still hinder the full development of productive activities. Among the main challenges identified are the poor conditions of rural roads, which affect the flow of production and access to essential services, as well as difficulties in accessing rural credit and technical assistance. It was found that the bureaucracy involved in the financing processes and the low frequency of technical support compromise the productivity of the lots and the motivation of the farmers. It is concluded that the permanence of families in rural areas is directly linked to the effectiveness of public policies, making it essential to strengthen actions focused on infrastructure, credit, and rural extension in order to ensure the sustainable development of family farming and improve the living conditions of settlers.

Keywords: Agrarian reform; Public policies; Rural permanence.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	OBJETIVOS	11
3.	METODOLOGIA	12
4.0	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
4.1	Reforma Agrária: Conceitos e Perspectivas	14
4.2	P.A Palmeiral Vietnã-Ma: histórico e cenário atual	16
5.0	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	17
5.1	O início da articulação social e política	17
5.2	Desafios para a permanência das famílias no assentamento	19
5.3	Agricultura Familiar como base para a fixação no assentamento	23
5.4	Políticas públicas como fatores determinantes	24
5.5	Estratégias para a Permanência no assentamento	26
6.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE	30

1. INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais podem ser definidos como áreas destinadas ao reassentamento de famílias sem-terra ou com pouca terra. São denominados Projetos de Assentamento (PA), organizados e regularizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou outros órgãos estaduais e municipais (Bergamasco e Norder, 1996).

A fundação dos assentamentos rurais é uma das principais estratégias para o fortalecimento social, sendo fundamental para garantir o direito à terra, exercendo papel crucial para o desenvolvimento agrário. A reforma agrária no Brasil tem como objetivo a redistribuição de terras improdutivas, ou seja, em desuso, para promover justiça social, ampliando a produção agrícola, promovendo o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar e nutricional.

Essas áreas são destinadas à produção agrícola familiar, fortalecendo esse modelo de cultivo e contribuindo para a geração de emprego e renda. Além disso, promovem a inclusão social e garantem maior estabilidade econômica, tornando-se menos vulneráveis às oscilações do mercado e aos ciclos de crescimento e retração (Baiardi e Alencar, 2014).

A importância dos assentamentos vai além da simples distribuição de terras. Eles representam um modelo de produção agrícola que fortalece a economia familiar, promove a inclusão social e melhora a segurança alimentar. Além disso, os assentamentos proporcionam autonomia produtiva aos agricultores, consolidando-se como parte da luta pela terra e do desenvolvimento rural no Brasil.

O P.A Palmeiral Vietnã foi criado em 1992, reunindo 180 famílias assentadas. Após a criação, ele foi dividido em três subáreas, que abrangem três comunidades: Palmeiral, Centro do Coroatá e Bom Princípio, onde a pesquisa está centrada, sendo que todas as comunidades estão situadas no município de Esperantinópolis/MA.

No entanto a permanência das famílias em assentamentos rurais como o P.A Palmeiral Vietnã-MA enfrenta uma série de desafios que vão além do acesso à terra. Infraestrutura precária, dificuldades no escoamento da produção, acesso limitado a crédito e assistência técnica insuficiente, são alguns dos fatores que comprometem a viabilidade da agricultura familiar e impactam diretamente a qualidade de vida dos assentados. Além disso, a efetividade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural tem um papel crucial na fixação dessas famílias.

Estudos voltados para assentamentos rurais são de grande relevância acadêmica e também social, pois contribuem para a compreensão dos impactos das políticas públicas de reforma agrária, da dinâmica socioeconômica do local e dos processos de organização comunitária. Esses estudos possibilitam identificar obstáculos, além de promover ações para o desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida e a permanência das famílias no campo.

Assim, a escolha deste local específico não se limita a um critério de conveniência geográfica, mas representa também um compromisso ético e afetivo com a realidade da comunidade estudada, visando contribuir para a construção de conhecimentos que possam, futuramente, fortalecer políticas públicas e apoiar a consolidação do assentamento.

Em suma a escolha da subárea Bom Princípio como objeto de estudo, deve-se inicialmente à minha identidade local, pois nasci e cresci nesse assentamento. Minha trajetória acadêmica e profissional é resultado direto das lutas da reforma agrária, que garantiram o acesso à terra e às oportunidades educacionais. Além disso, a identificação pessoal com as histórias de resistência e perseverança, que atravessa gerações, reforça meu compromisso em compreender e contribuir para o fortalecimento da realidade local.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios para a permanência das famílias no assentamento e como estão relacionados à eficácia das políticas públicas e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar os desafios para a permanência das famílias no assentamento PA Palmeiral Vietnã;

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais fatores que dificultam a permanência das famílias no assentamento, considerando aspectos sociais, econômicos e estruturais;
- Avaliar a presença e a efetividade das políticas públicas voltadas à reforma agrária e ao fortalecimento da agricultura familiar no contexto do assentamento;
- Analisar de que forma as condições de produção, acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura impactam as famílias assentadas.

3. METODOLOGIA

Foi realizada a escolha metodológica no primeiro momento, sobre o tipo de estudo a ser desenvolvido, ou seja, a definição prévia da metodologia que melhor se enquadraria para essa pesquisa, optando-se pela aplicação de questionários, por meio de entrevistas, como instrumento de coleta dos dados.

Caracteriza-se como pesquisa de campo, descritiva e exploratória. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa é flexível e busca proporcionar maior familiaridade com o problema constituído e aprimora as ideias sobre o tema a ser discutido. O trabalho foi realizado com assentados do Assentamento P.A. Palmeiral Vietnã, subárea Bom Princípio, localizado a 21 km da sede do município de Esperantinópolis, Maranhão.

O P.A Palmeiral Vietnã reúne três comunidades: Palmeiral, Coroatá e Bom Princípio, sendo esta última, o principal alvo dessa pesquisa, no período de junho de 2021. A natureza exploratória do estudo é fundamental para desvendar um fenômeno multifacetado como a desistência em assentamentos rurais, sobre o qual ainda há muitas lacunas a serem preenchidas na literatura.

No segundo momento, após a definição da metodologia a ser abordada realizou-se um estudo bibliográfico, bem como, levantamento de dados em sites e em literaturas de autores que discutem os movimentos sociais, a reforma agrária, a permanência e a desistência em assentamentos rurais, para assim compor com os elementos coletados nas entrevistas, para então obter os resultados da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu diretamente com os assentados, de forma presencial, por meio de entrevistas. Para isso, foi assegurado o consentimento livre e esclarecido de todos os participantes (Apêndice B), conforme os princípios éticos da pesquisa qualitativa.

A identidade dos entrevistados foi preservada por meio do uso de nomes fictícios, tanto nas transcrições, quanto em qualquer apresentação dos resultados, assegurando o anonimato e a mais estrita confidencialidade das informações compartilhadas.

A amostra do estudo foi composta por 07 (sete) participantes, um número que, embora possa parecer pequeno para estudos quantitativos, é estrategicamente ideal para uma investigação qualitativa que prioriza a profundidade das narrativas. Essa amostra foi cuidadosamente selecionada para incluir tanto a liderança do assentamento, cuja perspectiva é vital para compreender o panorama coletivo e os desafios estruturais, quanto os demais assentados que, apesar de terem desempenhado papéis cruciais na formação e

manutenção do assentamento, posteriormente se encontravam no quadro de desistentes de seus lotes.

Adotou-se uma abordagem que se fundamenta na coleta e análise de narrativas pessoais por meio de entrevistas semiestruturadas, conforme proposto por Thompson (1992), que permitiu capturar experiências e razões para a renúncia da terra. Essa escolha foi deliberada, pois as entrevistas semiestruturadas ofereciam a flexibilidade necessária, permitindo que os participantes expressassem suas experiências em suas próprias palavras, ao mesmo tempo em que garantiam a abordagem de tópicos essenciais para o estudo, além de proporcionar uma análise mais embasada na experiência real do entrevistado.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um questionário (Apêndice A) de formato aberto, contendo 18 (dezoito) perguntas, sendo 09 (nove) perguntas para a liderança e os demais membros do assentamento e 09 (nove) perguntas para os desistentes dos lotes. O questionário abordou dois eixos principais: a infraestrutura do assentamento, bem como, os principais desafios enfrentados pelos moradores em seu cotidiano. Este segundo eixo se aprofundou nas dificuldades econômicas, como a falta de acesso a crédito e a dificuldade na comercialização dos produtos, incluindo a burocracia no acesso às políticas públicas.

O fechamento da pesquisa se deu a partir da análise e avaliação das respostas dadas pelos entrevistados. Ao focar nas narrativas pessoais, a pesquisa não apenas coletou dados, mas também deu uma voz aos pequenos produtores rurais e assentados que tomaram a difícil decisão de abrir mão da terra conquistada.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 REFORMA AGRÁRIA: Conceitos e Perspectivas.

Ao longo da história da humanidade, a questão agrária sempre foi um problema, sendo esse um tema abordado em diversos países e no Brasil não foi diferente, por ser um país com grandes extensões de terras e pouco povoadas. No Brasil antes da chegada dos portugueses as terras eram vistas pelos povos nativos como um bem comum e pertencente a todos que nela habitavam. No período colonial, que se iniciou em 1500 com a chegada dos portugueses, existiam enormes áreas disponíveis para exploração e que passaram a ser propriedade do estado e que passou a ser apropriado pela coroa portuguesa. Ao longo das explorações foram aplicados programas de distribuição dessas terras para uso dos agricultores portugueses.

Os primeiros estudiosos a abordarem o termo questão agrária foram datados entre os séculos XVIII e XX. Entre os mais conhecidos estão pensadores como Karl Marx, Karl Kautsky, Ulianov, Lenin, Giovanni Arrighi entre outros estudiosos clássicos que dedicaram seus trabalhos ou parte deles a abordagem da questão agrária. Todos esses autores partem de uma abordagem comum que é a abordagem a partir do desenvolvimento capitalista e criaram suas teses a partir da análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista (Stedile, 2012). A partir disso conclui-se que, à medida que o modo de produção capitalista se desenvolve, a propriedade da terra se concentra nas mãos de um menor número de pessoas proprietárias numa visão global.

A reforma agrária é um tema além de amplo, muito complexo, pois se estende por diversas teorias e correntes políticas. Podendo assim ser compreendida de diferentes maneiras, dependendo de qual objetivo e base ideológica está sendo analisada. O conceito de reforma agrária pode variar desde uma redistribuição de terras com fins sociais, até uma transformação estrutural da economia agrária.

Segundo Stédile (2012), o termo “Questão Agrária” trata-se de um campo de estudos e pesquisas realizados com o intuito de aprimorar os conhecimentos para saciar os problemas sociais relacionados ao uso do bem natural e essencial, pertencente a todos, “a terra”, e como está sendo distribuída. Portanto, para João Pedro Stédile ao se fazer o estudo da forma organizacional socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país ou região. Partindo desses conceitos iremos discernir a questão agrária no Brasil.

A Reforma Agrária também é abordada como Justiça Social. Autores como Martins (1999) e Ianni (1978), destacam a reforma agrária como um instrumento de justiça social, que visa corrigir desigualdades históricas no acesso à terra. Martins aponta que a questão fundiária no Brasil está ligada ao latifúndio e à exclusão dos trabalhadores rurais do desenvolvimento econômico. Ianni, por sua vez, argumenta que a reforma agrária é essencial para a democratização da terra e o fortalecimento da cidadania rural.

Alguns autores defendem que a redistribuição de terras pode gerar um crescimento econômico mais sustentável ao ampliar a qualidade de vida das populações rurais e estimular a produção agrícola. Segundo Furtado (2007), a modernização da agricultura precisa ser acompanhada de uma distribuição mais justa dos recursos, evitando a concentração fundiária que perpetua a pobreza e o atraso tecnológico no campo.

Nos dias atuais, há um embate entre os defensores da reforma agrária e aqueles que veem o agronegócio como motor do crescimento econômico. Autores como Fernandes (2012), defendem que a reforma agrária deve incluir políticas públicas que garantam não apenas a posse da terra, mas também acesso a crédito, tecnologia e mercados para os pequenos produtores. Já pesquisadores ligados ao setor agroindustrial, como Navarro (2001), argumentam que a modernização do campo torna a reforma agrária uma pauta secundária, pois a produtividade e a mecanização seriam mais relevantes para o crescimento do país.

O Maranhão foi palco de grandes disputas territoriais dos colonos, mas em resumo aconteceu o mesmo que ocorreu no âmbito nacional brasileiro. Segundo os dados do INCRA (2020), o estado apresenta elevada concentração de terras, com grande parte da área cultivável em posse de poucos proprietários. Tal situação contribui para a pobreza no meio rural e conflitos por terra (Ferreira, 2019).

A questão fundiária maranhense está em como se distribui o acesso aos recursos fundiários, estando relacionada às políticas governamentais que vêm se desenvolvendo desde final dos anos 70, que teve como marco inicial a edição da chamada “Lei Sarney de Terras”, que objetivou a transferências de imensas extensões territoriais a grupos empresariais do nordeste e centro-sul do Brasil.

O estado conta com as principais ações de reforma agrária conduzidas pelo INCRA e em parceria com o governo estadual, além de programas, como o Crédito Instalação, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). Tais programas são instrumentos de suporte aos assentados (Menezes; Barbosa, 2018). Além disso, o estado do Maranhão

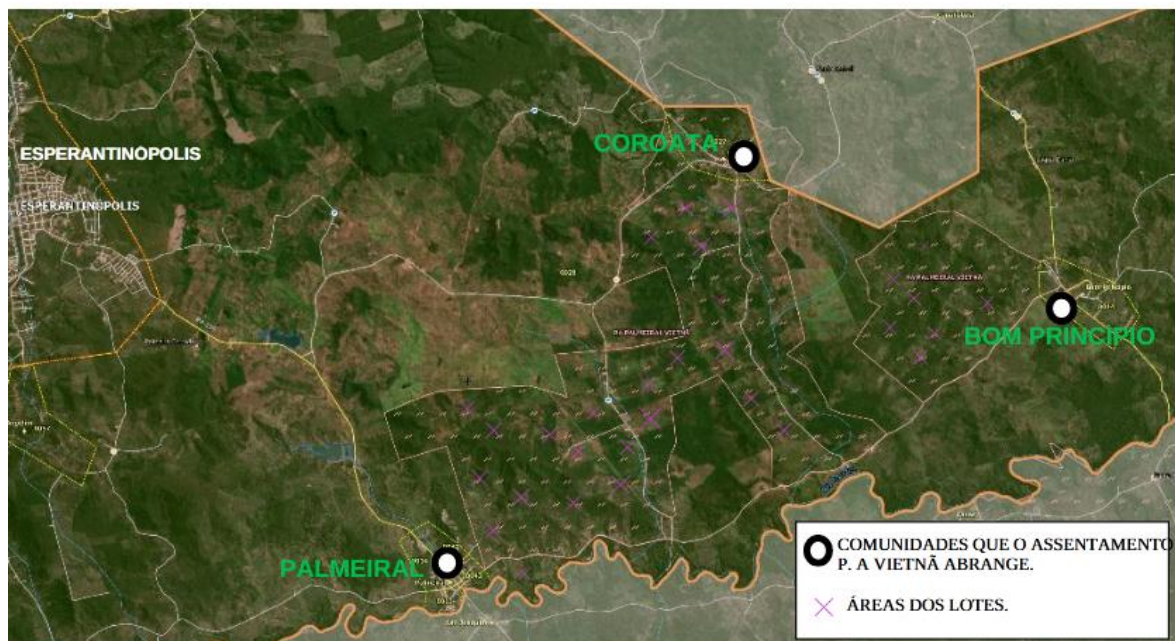
também conta com as políticas complementares PAA (Programa de Aquisição de Alimento), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que fomentam a produção e garantem mercados para os agricultores assentados (Gomes *et al.*,2021).

4.2 P.A PALMEIRAL VIETNÃ-MA: HISTÓRICO E CENÁRIO ATUAL

A cidade de Esperantinópolis está localizada na Microrregião do Médio Mearim, 350 km ao Sul de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Tem uma área de 362 km², tendo como limites: ao Norte, o Município de Poção de Pedras; ao Sul, o Município de São Roberto; ao Leste, o Município de Joselândia; e a Oeste, o Município de Lago da Pedra (IBGE,2024). O município possui três assentamentos, sendo eles: Palmeiral Vietnã, Cipó Canaã e Vila União. Os dois primeiros, resultados de grandes lutas travadas em conflitos agrários. Já o assentamento Vila União, foi conquistado de forma mais pacífica com acordos políticos e emancipatórios.

A pesquisa tem como alvo o Projeto de Assentamento (P.A) Palmeiral Vietnã, especificamente a subárea localizada no povoado Bom Princípio, que fica localizado a 21 km da sede do município de Esperantinópolis, conforme a Figura 01.

Figura 01- Comunidades que abrangem o Assentamento PA Vietnã.



Fonte: IBGE, adaptado pelo autor, 2025.

É uma comunidade tipicamente rural atualmente possui 211 famílias, destas apenas 32 foram beneficiadas pelo projeto de assentamento Palmeiral Vietnã, a economia

da comunidade é baseada principalmente na produção agroextrativista, tendo por destaque a produção de arroz, feijão, milho, e o aproveitamento de babaçu. Foi fundada por volta de 1920, com a chegada do senhor Augusto Vieira e sua família, vindos refugiados da seca, que expulsou milhares de famílias dos outros estados nordestinos, e que, encontraram às margens do Rio Mearim, terras férteis para dar melhor qualidade de vida para suas famílias (Veloso, 2019).

A comunidade Bom Princípio faz parte do PA Palmeiral Vietnã, mas também está inserida no assentamento Vila União. Isso foi possível devido à fundação de duas organizações de moradores, a primeira intitulada Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais pertencente ao P.A Palmeiral Vietnã e a segunda Associação Força Unida pertencente ao P.A Vila União.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 O INÍCIO DA ARTICULAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Para a oficialização de um assentamento, é necessária a realização de algumas etapas, entre elas a formação de processos internos de organização social e política, criando condições para que suas demandas cheguem até a instância decisória do Estado (Miranda e Fiúza, 2017).

Um exemplo concreto dessa dinâmica pode ser observado no processo de criação da associação local, que se deu a partir de uma mobilização coletiva impulsionada por uma situação de conflito e resistência. Conforme relatado por um dos moradores envolvidos, a necessidade de organização surgiu diante da iminência de perda do território:

"Nós se achamos obrigados a tomar essa atitude, então não dava para um povoado só tomar, nós se juntamos, Palmeiral, Bom Princípio e Coroatá, que por isso pegou o nome de Palmeira Vietnã. Porque a gente se achou obrigado, porque o fazendeiro estava terminando de cercar a gente e aí nós tomamos essa atitude que não ia aceitar de maneira alguma que a gente era pobre e era obrigado trabalhar para criar a família..." (Tureba, 2021).

Esse relato evidencia que a criação da associação e a articulação entre diferentes povoados surgiram como resposta direta à tentativa de cercamento das terras por parte de um fazendeiro. A resistência coletiva foi essencial, não apenas para impedir o avanço da cerca, mas também para fortalecer a organização política dos moradores.

Ainda segundo o entrevistado, “...no início ele foi contra, mas a gente sempre resistiu até quando o governo tomou providência em pagar a terra e a gente passar.” Assim, o processo de oficialização do assentamento esteve diretamente ligado à resistência das comunidades envolvidas, bem como à posterior atuação do Estado na regularização da terra, evidenciando a importância da mobilização popular na conquista de direitos territoriais.

Nesse contexto, ações articuladas por meio da organização comunitária e do fortalecimento das associações locais têm se mostrado essenciais na luta por investimentos em infraestrutura, visando garantir melhores condições de vida e trabalho para as famílias que ainda permanecem nos territórios assentados. Essas iniciativas, quando bem estruturadas, tendem a gerar impactos significativos para os assentamentos rurais.

Segundo Machado e Marques (2024), em estudo de caso realizado com uma família do Assentamento Filhos de Sepé, localizado no município de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul, a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representou uma possibilidade concreta de construção de um futuro com dignidade. A partir dos relatos analisados, os autores constataram que as lutas coletivas resultaram em importantes conquistas, como o acesso à terra e a políticas públicas voltadas à reforma agrária, além do acesso à educação e ao mercado de trabalho para seus filhos e netos.

Inicialmente, as associações contavam com o apoio de um único sindicato, o STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais). Com o passar do tempo, surgiu também o SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), ampliando a representatividade sindical na região. No entanto, a coexistência dessas duas entidades tem gerado conflitos políticos, que, apesar de originarem certa tensão, também trouxeram alguns efeitos positivos para a população. A competição entre os sindicatos têm estimulado a realização de atividades mais eficazes e atrativas, na tentativa de conquistar um maior número de associados. Por outro lado, essa disputa tem provocado uma fragmentação política dentro de uma mesma classe trabalhadora, o que compromete a união e a força coletiva que antes existia.

Além da presença dos sindicatos, destaca-se também a atuação da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), é uma entidade regional de caráter privado e sem fins lucrativos, criada em 1989 por agricultores familiares e extrativistas do coco-babaçu. A mesma foi fundamental no processo de iniciação do

assentamento. A ASSEMA desempenhou papel importante ao apoiar as famílias no processo de organização e na fixação dos assentados nos lotes.

Os trabalhos de assistenciamento técnico esteve com maior concentração na subárea Coroatá e Palmeiral. Já na subárea Bom Princípio, sua intervenção teve enfoque especial no setor educacional, com o fortalecimento de práticas de educação contextualizada em escolas do campo, incluindo a pedagogia da alternância, além do incentivo ao protagonismo social na formulação e execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Graças a esse trabalho, os filhos dos assentados puderam ter acesso à formação em magistério em nível médio, além de alguns terem alcançado a graduação superior. Entre os próprios assentados, muitos tiveram a oportunidade de retomar os estudos, concluindo séries escolares iniciais. Esse processo permitiu que diversos trabalhadores, que até então não sabiam sequer assinar o próprio nome, realizassem o sonho de alfabetizar-se e ampliar suas perspectivas de vida e de trabalho, uma vez que antes não tinham oportunidades nem no campo educacional.

O assentamento foi criado em 1992, por um processo de demarcação de terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), com o objetivo de assentar 180 famílias em uma área total de 2.195 hectares, sendo destinado a cada família um lote de 13 hectares.

Na subárea do Bom Princípio, existem ao todo 32 (trinta e dois) lotes. Desses, apenas 22 (vinte e dois) permanecem ativos desde o surgimento do assentamento, enquanto 10 (dez) famílias abriram mão de seus lotes ou os repassaram, por diferentes motivos, entre eles, a dificuldade de acesso a políticas públicas, a ausência de infraestrutura básica, ou ainda o desinteresse pela atividade agrícola.

Essa rotatividade de posse revela desafios ainda presentes na consolidação do assentamento, como a permanência das famílias no campo e o fortalecimento da produção rural sustentável. Além disso, a saída de algumas famílias têm provocado um processo de reocupação informal de lotes, muitas vezes sem a mediação dos órgãos responsáveis, o que acarreta conflitos fundiários internos e instabilidade social dentro da comunidade.

5. 2 DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS NO ASSENTAMENTO

A desistência de famílias de um assentamento pode ocorrer devido a razões econômicas, sociais, ambientais ou institucionais. Em termos mais específicos, no P A Palmeiral Vietnã (subárea Bom Princípio), os entrevistados relataram dificuldades em relação à infraestrutura, falta de assistência técnica, dificuldades para obter o título definitivo da propriedade, o que impediu o acesso ao crédito.

Sobre essa situação, Deuzimar relata a importância de ter estradas trafegáveis e como isso afetou a construção das moradias nos lotes.

“Quando chegamos a primeira vez, percebemos que as estradas de acesso aos nossos lotes não haviam sido feitas. E foi passando o tempo e nada de aparecer estrada, isso se tornou extremamente difícil o deslocamento até lá. Aí, por conta dessa falta de acesso direto aos lotes, muitos de nós fomos obrigados a construir nossas moradias na comunidade próxima mesmo, que já pelo menos possuía alguma infraestrutura básica.” (Deuzimar, 2021).

A fala de Deuzimar mostra que foram necessárias decisões, em relação à distância da terra destinada ao cultivo para remediar o tempo gasto e o esforço para chegar aos lotes diariamente. Devido à falta de estradas, os assentados construíram suas casas aos arredores do assentamento, na comunidade Bom Princípio. Embora essa decisão tenha sido necessária, ela traz consequências que podem levar ao abandono da terra, pois a dispersão dificulta a organização comunitária e enfraquece o senso de pertencimento ao assentamento.

Esse distanciamento e enfraquecimento de vínculo com o assentamento se reflete na forma como os moradores percebem e relatam seus desafios diários. Quando questionado sobre as dificuldades enfrentadas devido à falta de estradas para acesso ao assentamento, um entrevistado respondeu referindo-se às condições das vias na comunidade onde construiu sua casa, e não às estradas que levam aos lotes do assentamento.

“Hoje, apesar de ainda existir problemas, está melhor que antigamente [...] a raspagem da estrada com trator diminuiu a lama no inverno, ficou melhor para os carros passar e até mesmo a pé, facilitou até pra ir resolver alguma coisa na rua.” (Gil, 2021).

Esse desvio na percepção evidencia como a vivência fora do território assentado pode levar à desconexão com a realidade da terra, tornando o assentamento cada vez mais secundário na vida dos moradores.

A construção e manutenção de estradas de acesso aos lotes devem ser tratadas

como prioridade, pois sem vias adequadas, a locomoção se torna um desafio, dificultando o transporte de insumos, a comercialização da produção e até o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Sobre essa questão, um assentado destacou as transformações que uma estrada traria para a comunidade:

“Se a gente tivesse estradas com acesso direto para os lotes, tudo mudaria. Poderíamos nos estabelecer diretamente em nossas terras, a melhoria das estradas beneficiaria o escoamento da nossa produção, seria tudo com mais facilidade, teríamos mais oportunidades de trabalho e até o dia a dia ficaria mais tranquilo [...] o assentamento ia crescer de verdade, porque as pessoas teriam condições de viver e trabalhar na terra sem tanta dificuldade” (Aroldo, 2021).

Outros estudos sobre as narrativas de vida dos assentados também corroboram com essa percepção, ao evidenciarem que a presença da infraestrutura básica é um dos fatores essenciais para a permanência das famílias em seus lotes. Conforme destaca Silva (2018), em sua análise sobre o Assentamento Vale dos Arinos, no estado de Mato Grosso, o acesso aos lotes se assemelha ao assentamento em estudo, acontece por meio de estradas de chão batido e frequentemente intransitáveis durante o período de chuvas.

Ainda segundo Silva (2018), embora o assentamento tenha sido criado com pouca infraestrutura, as narrativas dos assentados descrevem o assentamento como um lugar bom para se viver. Entretanto, de forma unânime, enfatizam a necessidade de investimentos em infraestrutura básica como estradas, energia elétrica, educação, saúde e saneamento. Dessa maneira, observa-se que a relação com a terra vai além de um vínculo produtivo, tratando-se de um espaço de pertencimento e de realização pessoal e coletiva.

No que se refere ao crédito rural, este configura-se como um instrumento fundamental para a autonomia dos assentados, permitindo que tenham acesso a recursos financeiros para investir na compra de insumos, equipamentos e na melhoria da produção. No entanto, muitos assentados enfrentam dificuldades para acessar esse crédito devido à burocracia, à falta de assistência técnica e à demora na regularização das terras.

Conforme relata seu José, assentado há mais de dez anos:

"A gente quer trabalhar, quer produzir, mas sem crédito fica difícil. O banco pede documento que a gente ainda não tem, e quando consegue, o dinheiro demora a sair. Enquanto isso, a lavoura não espera, precisa de adubo, precisa de semente. Sem esse apoio, a gente acaba plantando só o que dá para tirar do bolso, e aí não cresce, não melhora." (José, 2021)

A fala de seu José reflete um problema comum nos assentamentos: a dificuldade de acesso ao crédito impede que muitas famílias invistam na produção e melhorem suas

condições de vida. Para que o crédito rural cumpra adequadamente seu papel de fortalecer a agricultura familiar, é fundamental que haja mais facilidade no acesso, com menos burocracia e mais apoio técnico para os agricultores. Nesse contexto, diversas modalidades de crédito rural são disponibilizadas para beneficiar as famílias assentadas, conforme apresentado no Quadro 01.

Quadro 01 - Principais linhas de Crédito da Reforma Agrária.

Linhas de Crédito	Descrição
● Apoio Inicial ● Fomento ● Fomento Mulher ● Habitacional ● Reforma Habitacional	● Até R\$ 8.000,00 por família, destinado à aquisição de itens de primeira necessidade, bens duráveis e equipamentos produtivos; ● Concede até R\$ 16.000,00 para viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda; ● Até R\$ 8.000,00 por família, exclusivo para iniciativas produtivas sob a responsabilidade da mulher titular do lote; ● Até R\$ 50.000,00 por família, voltado à construção de moradias em áreas rurais; ● Até R\$ 17.500,00 por família, destinado à aquisição de materiais para reforma e ampliação de habitações.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados INCRA,2023.

É importante destacar que, além dessas linhas de crédito apresentadas no quadro, existem outras modalidades, no entanto não foram acessadas pela comunidade. Os assentados da subárea Bom Princípio, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), acessaram, por meio da associação local, o crédito com os valores na época da contratação foi de R\$ 5.200 do Apoio inicial, o Fomento, no valor de até R\$ 6.400, no âmbito das políticas de incentivo ao protagonismo feminino, foi disponibilizado

o crédito Fomento Mulher, no valor de até R\$ 5.000, o crédito Habitacional, no valor de R\$ 34.000 e por sua vez, o crédito para Reforma Habitacional, de R\$ 17.000.

Dessa forma, todas estas linhas representam medidas para a consolidação dos assentamentos rurais, mas apesar da existência desses financiamentos, o principal desafio enfrentado pelos agricultores familiares não está somente na disponibilidade dos recursos, mas também nas múltiplas barreiras que dificultam seu acesso efetivo ao crédito. Questões como a falta de informação adequada, custos envolvidos na contratação, burocracia excessiva e exigência de garantias incompatíveis com a realidade dos assentamentos acabam por restringir o alcance dessas políticas, comprometendo seu impacto positivo (Matos Vasconcellos *et al.*, 2024).

De acordo com Matos Vasconcellos *et al.*, 2024, ao conduzirem um estudo a partir da aplicação de um curso de educação financeira com agricultores familiares, identificaram que, embora o crédito possa ser um instrumento de fortalecimento das atividades produtivas, sua efetividade depende diretamente do nível de organização financeira e do conhecimento que os produtores têm sobre o funcionamento dessas políticas públicas.

O resultado da pesquisa reforçou sobre a importância da educação financeira como ferramenta complementar às políticas de crédito, ao mesmo tempo em que evidenciaram a necessidade de ajustes institucionais que tornem os processos mais acessíveis e aderentes à realidade do pequeno produtor rural.

Nesse sentido, torna-se essencial considerar os relatos e percepções dos próprios beneficiários. A seguir, o depoimento de um assentado que relata sua experiência com o acesso ao crédito rural e a disponibilização dos serviços de assistência técnica:

“Tinha assistência técnica sim, mas quando nós fizemos a produção, aí eles se recuaram não teve como a gente nem ganhar aquele dinheiro pra pagar os projetos (crédito) [...] Faltou primeiramente, é estrada, faltou o acompanhamento técnico de pertinho pra chegar ao ponto de dizer, é aqui aonde nós vamos colocar o produto, aí nada disso teve e aí terminou a gente se preocupando, não sabendo mais o que fazer, e parou [...] porque fizemos projeto recebemos dinheiro fomos aplicar, a gente imaginou que a história ia ser mudada, mas nada disso. Quando retrancou a gente perdeu aquele ânimo de trabalhar, aí foi se saindo da terra” (Marcelino, 2021).

5.3 AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE PARA A FIXAÇÃO NO ASSENTAMENTO.

A agricultura familiar é um dos principais pilares dos projetos de assentamentos rurais, revela grandes expectativas em relação à sustentabilidade, social e econômica, também na produção de alimentos em maior quantidade e qualidade, os quais destacam-se a pecuária leiteira, culturas de autoconsumo e a horticultura (Oliveira *et al.*,2024).

No assentamento em estudo, entre os cultivos mais representativos estão o arroz, o feijão, milho, macaxeira, fava e a melancia, (Figuras 02, 03 e 04) essenciais para a segurança alimentar das famílias e para gerar renda.

Figura 02 – Principais cultivos no assentamento -Plantação de milho e arroz na fase inicial e final de crescimento.



Fonte: Autor (2025)

Figura 03 – Principais cultivos no assentamento- Plantação de melancia.



Fonte: Autor (2025)

Figura 04 – Principais cultivos no assentamento- arroz colhido e armazenado em paiol.



Fonte: Autor (2025)

As imagens evidenciam o desenvolvimento saudável e a adaptação do cultivo às condições locais, além de permitirem visualizar a diversidade e a importância da produção agrícola, que desempenha um papel central na fixação das famílias no assentamento.

No entanto, apesar do potencial produtivo e da diversidade dos cultivos, os assentados enfrentam dificuldades para plantar e comercializar seus produtos. Como relata o senhor Paulo ao ser questionado sobre quais os cultivos que já desenvolveu no assentamento:

“Foi só roça mesmo, roça de arroz, mas já plantamos, tivemos muita coisa: banana, plantei maracujá, plantei caju e plantei coco da praia. E nada foi bastante, mas a dificuldade foi que eu achei que ia vir o dinheiro pra ajudar nós no plantio, até veio, mas não deu em nada. E também não tinha mercado. Mas a dificuldade foi ver as coisas se perder sem ter como vender. Mas também a ponte não tem. No verão, só tinha como ir se fosse montado, e no inverno era de pé” (Paulo, 2021)

Esse depoimento evidencia um dos principais desafios enfrentados pelos assentados: a ausência de suporte financeiro eficaz para o plantio e a comercialização. Embora tenha recebido algum recurso para apoiar a produção, ele foi insuficiente para cobrir as necessidades básicas do cultivo e da infraestrutura.

Além disso, a falta de acesso a mercados organizados impede que os agricultores vendam seus produtos, levando a desperdícios e prejuízos. Sem compradores fixos ou alternativas viáveis de transporte, muitos assentados acabam perdendo parte de sua produção, o que compromete a renda e desestimula o cultivo de novas culturas.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o balanço das principais políticas públicas implementadas pelo Governo Federal para o fortalecimento da agricultura familiar e da reforma agrária no ano de 2024 evidenciou avanços significativos. Entre os destaques, ressalta-se o aumento do apoio à produção nos assentamentos e o acesso ao crédito por mais de 1 milhão de agricultoras e agricultores familiares durante a safra 2023/2024. Além disso, foram apresentados planos de ação voltados para uma melhor distribuição regional dos recursos oriundos do PRONAF, abrangendo o período de janeiro de 2023 a junho de 2025 (Brasil, 2024).

Essas informações ajudam a enfatizar a importância da agricultura familiar, bem como, a presença dessas políticas causa impactos diretos no cotidiano dos assentados. No entanto, apesar desse cenário de possíveis avanços, um dos assentados da subárea Bom Princípio revela as dificuldades enfrentadas no início da implantação dos projetos produtivos, bem como os impactos das políticas públicas sobre a produção e a permanência no campo. Segundo ele:

"O banco fez a anistia pra gente, e conseguimos acordo pra pagar apenas 10% da dívida; os outros 90% foram dispensados, porque foram feitos todos os laudos do início ao fim da safra. Tivemos aqui um laudo com 280 mil unidades de banana por semana, e tudo foi perdido, não tinha pra onde tirar. Alguns investiram mais em gado do que em outras culturas, e esses ainda conseguiram manter alguma renda. Mas muitos não têm mais nada. Começamos errado por conta da falta de um acompanhamento técnico de perto. Recebemos um projeto para o plantio, e plantamos muito, mas perdemos quase tudo porque não havia estrada [...] o recurso chegou primeiro para investir na agricultura, e só depois veio a estrada, quando já tínhamos perdido toda a safra. O plantio era de banana, abacaxi, maracujá e caju. Eu plantei tudo que foi previsto no projeto [...] as sementes foram compradas com o dinheiro do governo." (Tureba, 2021).

Esse depoimento evidencia os limites da assistência técnica e da infraestrutura oferecida, o que compromete a viabilidade econômica da produção. Assim, a experiência do assentado reforça a necessidade de articulação entre crédito, assistência técnica e infraestrutura, para assim ser alcançada a valorização do pequeno produtor.

5.4 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATORES DETERMINANTES.

O sucesso da permanência nos assentamentos está diretamente relacionado à existência de políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a principal política pública voltada à agricultura familiar no Brasil, além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Estes são essenciais para garantir financiamento e mercado para os pequenos produtores (Saron e Hespanhol, 2012).

Segundo Navarro (2009), os assentamentos que recebem investimentos em infraestrutura, como estradas, eletrificação rural e sistemas de irrigação, apresentam maior taxa de permanência das famílias. Além disso, Ianni (1979), argumenta que a reforma agrária deve ir além da simples distribuição de terras e incluir políticas de desenvolvimento rural, garantindo condições dignas de vida para os assentados, pois sem o acesso à educação, saúde, transporte e saneamento básico, muitas famílias acabam deixando os assentamentos, mesmo quando possuem terra produtiva.

No que diz respeito à educação, é essencial que haja escolas bem estruturadas e equipadas, para garantir um ensino de qualidade para as crianças e jovens da comunidade. Atualmente, a comunidade conta com apenas uma escola, que atende não apenas os moradores locais, mas também os povoados vizinhos. Nessa unidade, são oferecidos os níveis de ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio.

Além da infraestrutura, é importante incentivar a formação profissional e o acesso ao ensino superior, para que os moradores do assentamento possam ter oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Isso permitirá que tenham maiores oportunidades de crescimento pessoal, inserção no mercado de trabalho e contribuição para o desenvolvimento social e econômico da região.

O incentivo à formação profissional e o acesso ao ensino superior demonstram vitórias alcançadas e a obtenção de frutos concretos na comunidade. Entre os anos de 2005 e 2015, seis moradores do assentamento conseguiram ingressar e concluir a formação superior por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Esse marco representa não apenas a realização de um sonho individual para esses jovens, mas também um passo importante para a coletividade, já que muitos deles retornam à comunidade com o desejo de contribuir com seus conhecimentos e experiências. Como exemplo, um assentado está atuando na gestão escolar e os demais atuam como

educadores na comunidade.

É importante destacar também que, entre os anos de 2002 e 2010, treze jovens da comunidade se formaram no curso de Magistério. Esses avanços, embora ainda modestos frente à demanda existente, evidenciam o impacto positivo das políticas públicas voltadas à educação do campo e reforçam a importância de sua continuidade e ampliação. Garantir que mais jovens tenham acesso a essas oportunidades é essencial para transformar a realidade do assentamento.

O acesso à saúde é um direito básico e indispensável para a qualidade de vida da comunidade. É necessário haver postos de saúde e profissionais capacitados para atender aos moradores. Atualmente, a comunidade conta com um posto de saúde, que realiza atendimentos semanais. Esse posto funciona como referência para os cuidados primários em saúde, sendo responsável por realizar consultas médicas e de enfermagem, promover ações de prevenção e acompanhamento de doenças, vacinação de crianças, adultos e idosos e acompanhamento de gestantes.

Além dos atendimentos, há a presença de agentes comunitários de saúde, sendo igualmente essencial nesse contexto. Eles atuam como ligação entre o posto e a população, visitando as famílias, acompanhando casos mais específicos. No entanto, o atendimento semanal ainda é limitado frente à demanda crescente dos moradores locais e dos povoados vizinhos. Isso reforça a necessidade de melhorias na infraestrutura, além de ampliação na frequência dos atendimentos, garantindo que o direito à saúde seja assegurado aos moradores do assentamento.

É essencial ter estradas bem conservadas para garantir o acesso às demais políticas públicas, pois isso facilita o deslocamento dos moradores, o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços e oportunidades fora do assentamento. A estrada que liga a comunidade à sede do município possui 21 km de extensão, sendo 10 km pavimentados com recursos da prefeitura até o povoado Palmeiral e os 11 km restantes compostos por estrada de chão com piçarra.

Apesar de ainda haver a necessidade de manutenção e melhorias, essa via tem sido um importante meio de circulação, a estrada garante o tráfego de carros e motos, permitindo o transporte de estudantes, trabalhadores, além de, proporcionar acesso a outros povoados, sendo, portanto, fundamental para a integração e o desenvolvimento local.

Outro elemento essencial para o acesso a comunidade é a balsa que realiza a travessia do Rio Mearim. Ela representa uma conquista importante, pois conecta

diretamente o assentamento a regiões estratégicas, como os municípios de Joselândia e Pedreiras, permitindo o acesso a serviços fundamentais. É no município de Pedreiras que os assentados se dirigem às instituições financeiras, órgãos públicos e serviços técnicos para solicitar créditos e participar dos programas governamentais voltados para a agricultura familiar, como o PRONAF, essenciais para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Estas vias mencionadas garantem o acesso à comunidade Bom Princípio, subárea do PA Palmeiral Vietnã. Contudo, essas estradas não se estendem até os lotes do assentamento propriamente ditos. Atualmente, há apenas uma via que alcança uma das extremidades da área de lotes, o que representa uma limitação significativa para a mobilidade interna. Essa condição compromete o escoamento da produção, dificulta o acesso a serviços essenciais e restringe a plena integração das famílias assentadas às políticas públicas e às dinâmicas econômicas da região.

Conforme as imagens das estradas que dão acesso aos lotes e a comunidade Bom Princípio (Figuras 05 e 06), observa-se a restrição da mobilidade, principalmente no período chuvoso.

Figura 05- Estrada durante o período chuvoso e trecho que dá acesso a extremidade dos lotes.



Fonte: Autor (2025)

Figura 06- Balsa usada na travessia do Rio e Estrada que liga a sede do Município.



Fonte: Autor (2025)

Dessa forma, as condições de acesso ilustradas acima permitem visualizar de maneira clara os desafios enfrentados diariamente pelos moradores. Observa-se que a dependência da balsa para a travessia do rio, aliada à precariedade da ponte existente, compromete significativamente a trafegabilidade. Essas estruturas, embora ainda demandem investimentos e melhorias, são fundamentais para a integração da comunidade e dos assentados, bem como o fortalecimento da economia local e o acesso digno aos direitos básicos.

5.5 ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA NO ASSENTAMENTO

Apesar dos avanços, a agricultura familiar nos assentamentos enfrenta desafios, como a dependência de monoculturas de baixo valor agregado e a dificuldade de competir com o agronegócio. A diversificação da produção e a adoção de práticas agroecológicas são estratégias importantes para aumentar a resiliência dos assentamentos e garantir sua viabilidade em longo prazo. A permanência das famílias nos assentamentos depende não somente da capacidade dos agricultores de produzir, mas também de comercializar seus produtos cultivados.

Nesse sentido, as feiras livres configuram-se como espaços estratégicos para o escoamento da produção. Freitas *et al.*, (2024), ao caracterizarem os agricultores que comercializam na Feira Livre de Ilha Solteira, no estado de São Paulo, constataram que todos se enquadram na categoria de agricultores familiares, cuja principal forma de comercialização ocorre por meio de circuitos curtos, além de que o módulo fiscal no município é de 30 ha, sendo que nenhum dos produtores pesquisados possui área superior

a 15 ha, o que reforça o enquadramento na agricultura familiar.

Os dados levantados junto aos agricultores que comercializam na Feira Livre demonstram que a maioria dos agricultores (82,8%), reside no próprio local de produção. Apenas uma parcela (17,2%), afirma residir na zona urbana, utilizando as áreas rurais apenas para fins produtivos.

As unidades produtivas desses agricultores estão distribuídas em sua maioria entre os assentamentos Cinturão Verde (44,8%), Estrela da Ilha (13,8%), e Santa Maria da Lagoa (10,3%). Além disso, há produtores provenientes de pequenas áreas denominadas rocinhas familiares (6,9%), do Projeto Horta dos Aposentados (6,9%), e de assentamentos localizados em municípios vizinhos (6,9%).

Além da comercialização direta na feira, os agricultores também recorrem a outros canais de escoamento da produção, como a venda para restaurantes (20,7%), para outros feirantes (17,2%) e em bancas próprias instaladas em vias públicas (13,8%). Os resultados também indicaram a diversificação produtiva nessas propriedades que estão inseridas em circuitos curtos de comercialização.

Entretanto, a realidade observada no assentamento Palmeiral Vietnã apresenta diferenças significativas em relação aos assentamentos de Ilha Solteira-SP, descritos acima. Embora os agricultores desse assentamento também se enquadrem na categoria de agricultores familiares, os módulos fiscais do município de Esperantinópolis são de 50 ha.

Portanto, ao fazer o comparativo com os assentamentos de Ilha Solteira, onde a feira livre ocorre com frequência e representa um canal consolidado de escoamento da produção, observa-se que as possibilidades de comercialização dos produtos do assentamento Palmeiral Vietnã, são muito mais restritas. A única feira livre disponível ocorre no centro urbano do município, o que exige deslocamento por parte dos produtores e, muitas vezes, gera custos adicionais com transporte e logística.

Adicionalmente, existe uma feira municipal voltada ao apoio de pequenos produtores, mas esta ocorre apenas uma vez por mês. Essa baixa frequência não é suficiente para atender às necessidades de comercialização contínua dos agricultores assentados. Desse modo, entende-se sobre a necessidade da ampliação desses espaços, especialmente nas proximidades do assentamento, para promover o desenvolvimento dos agricultores locais.

Outras estratégias relevantes para a permanência das famílias no campo foram identificadas por Lima e Claudino (2025), em seu estudo realizado no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, localizado no município de Irituia, no estado do Pará. Os autores destacam que a geração de renda complementar tem se configurado como uma importante forma de resistência e permanência no assentamento frente às dificuldades econômicas, sobretudo em relação à baixa produtividade ou aos desafios no escoamento da produção.

Nesse contexto, observam-se também iniciativas voltadas à organização coletiva do trabalho, com destaque para os mutirões, como forma de cooperação entre os assentados. Os modos de produção têm sido ressignificados com base em práticas agroecológicas, notadamente por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs). Esses sistemas contribuem também para a geração de renda, a médio e longo prazo, favorecendo significativamente a permanência das famílias no assentamento.

Cabe ressaltar também que o cooperativismo é um instrumento para o desenvolvimento sustentável das comunidades, as cooperativas permitem os assentados se unam em torno de interesses comuns, a cooperativa auxilia na compra e venda do produto, bem como agir na produção e armazenamento também, além de possibilitar a preservação dos ideais do MST (Marconi e Santos, 2016).

Os projetos de assentamentos rurais adotam sistemas de cooperativismo distintos, não sendo integrados à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Foi criada na década de 1990 pelos assentados vinculados ao MST e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), com o objetivo de reunir as cooperativas de agricultores assentados, assegurar a redução da pobreza e o fortalecimento do poder político organizacional das comunidades rurais dos assentamentos.

Nesse sentido, para os assentados do PA Palmeiral Vietnã, a fundação de uma cooperativa representa um modo de institucionalizar as práticas solidárias. Uma pesquisa realizada por Melo e Scopinho (2018) na cooperativa situada em um assentamento rural do município de Ribeirão Preto (SP), identificou dificuldades como ausência de participação nas assembleias falta de preparação da organização e deles próprios, funcionamento burocrático, atrasos nos pagamentos e falta de estrutura para acessar outros mercados

No entanto outras pesquisas na área do cooperativismo em comunidades rurais trazem referência de sucesso mostram o potencial de cooperativas de assentados para se tornarem referências em comercialização e geração de renda, atendendo aos mercados,

empregando as famílias e acessando novos canais de comercialização (Silva e Silva, 2023).

Embora não se trate do PA Palmeiral Vietnã, essa trajetória pode servir como inspiração de que o assentamento, ao se organizar coletivamente, pode alcançar escala, rentabilidade e inserção mais estruturada no mercado. Nesse sentido, o alinhamento entre a organização comunitária, cooperativismo e agroecologia apresenta-se como um tripé estratégico capaz de assegurar a viabilidade e a sustentabilidade desses territórios (Luz, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do Assentamento P.A. Palmeiral Vietnã, especificamente da subárea Bom Princípio, evidenciou que a conquista da terra, fruto da intensa mobilização social dos moradores, representou apenas o ponto de partida de uma longa e complexa jornada rumo à consolidação do assentamento. Essa conquista inicial, embora simbólica, não garantiu por si só, a melhoria da qualidade de vida, que continua sendo um objetivo a ser alcançado por meio de ações estruturadas, políticas públicas efetivas e participação ativa da comunidade junto aos órgãos competentes.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados são os principais motivos para a desistência dos lotes. Esses obstáculos vão desde a precariedade nas estradas de acesso à comunidade e conseqüentemente de acesso aos lotes, além da burocracia para ter acesso a créditos e programas do governo, o que impossibilita o pequeno produtor a produzir e vender. Essa realidade impõe uma reflexão urgente sobre a necessidade de integração entre políticas fundiárias, de crédito, infraestrutura, assistência técnica e educação do campo.

A permanência das famílias na terra só será possível com a implementação de um projeto de desenvolvimento rural que vá além da distribuição da terra e promova condições dignas para a produção, comercialização e reprodução social das famílias camponesas. Investir em estradas, comunicação e equipamentos de produção e armazenamento, saúde e educação são tão importantes, quanto garantir o acesso ao crédito e à assistência técnica qualificada. Além disso, é fundamental reconstruir os espaços de participação social para que os próprios agricultores possam protagonizar as decisões sobre o desenvolvimento do campo.

Em suma, o caso do Assentamento Palmeiral-Vietnã revela que a terra, por si só, não basta para garantir a justiça social no campo. É preciso que o Estado cumpra seu papel de promotor do desenvolvimento rural com justiça, equidade e sustentabilidade, criando programas mais objetivos e de acordo com a realidade do assentamento.

A permanência também depende diretamente do sucesso da agricultura familiar, que por sua vez está condicionada à existência de todos os fatores antes mencionados. Sem esses elementos, os assentamentos correm o risco de serem esvaziados, comprometendo a função social da reforma agrária. Portanto, é fundamental que o Estado e a sociedade continuem investindo no fortalecimento do espaço agrário para garantir a qualidade de vida das famílias que vivem no campo.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M.. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45-62, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/dxsbz7BBkJBzrBSTKJMHwkf/>. Acesso em 25/01/2022.

BERGAMASCO, S. M.P.P.; NORDER, L. A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Balanço de ações do Governo Federal: janeiro de 2023 a junho de 2025. Brasília, DF: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Manual de Crédito Instalação. Brasília: INCRA, 2023.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária como política territorial: conceitos estruturantes. **Revista NERA** – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, UNESP, v. 8, p. 151–172, maio 2012. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/libreria_cm_archivos/pdf_1873.pdf

FERREIRA, M. A. Estrutura fundiária e conflitos agrários no Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2019.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Celso%20Furtado%20-%20Formacao%20Economica%20do%20Brasil.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, L; MORAES, T; SANTOS, J. A política de compras públicas e os assentamentos rurais no Maranhão. **Revista Campo & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 45–63, 2021.

IANNI, O. A luta pela terra. São Paulo: Editora CEBRAP, vol 2, 1978. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/view&id=627>. Acesso em: 02 abr. 2022.

IANNI, O. Ditadura e agricultura: o caso do Nordeste. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: mesorregião Centro Maranhense; microrregião Médio Mearim; limites. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/esperantinopolis.html>. Acesso em: 18 jul. 2025.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Anual de

Atividades – Maranhão. Brasília: INCRA, 2020.

LIMA, E. N. de; CLAUDINO, L. S. D. Dinâmicas territoriais e estratégias de permanência no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Irituia (Pará, Brasil). **Revista NERA**, v. 28, n. 2, e10726, abr.-jun., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810726>.

LUZ, M.S. A transição agroecológica em assentamentos do MST na PB. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MACHADO, D. C. M., & MARQUES, P. M. Trajetórias por dignidade: um estudo de caso das lutas por terra e reforma agrária no sul do Brasil. **Retratos de Assentamentos**, v. 27, n. 2, p. 106-129, 2024.

MARCONI, I. C., & SANTOS, L. M. L. dos. (2016). Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações (campo Grande)**, 17(2), 173–183. <https://doi.org/10.20435/1984042X2016202>

MARTINS, J. de S. (1999). Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social*, 11(2), 97–128. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>.

MATOS VASCONCELLOS, I. JANUARIO, É. C.; LOPES, V. J.; JUNIOR, N.M.G.; RUELLA, P. R. Educação financeira e acesso ao crédito na agricultura familiar: reflexões sobre o PRONAF e as barreiras institucionais. **Retratos de Assentamentos**. 27. 39-60. [10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i2](https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2024.v27i2), 620, 2024.

MELO, T. G. de. & SCOPINHO, R. A. (2018). Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade E Estado**, 33(1), 61–84. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301003>

MENEZES, R; BARBOSA, C. Reforma agrária e desenvolvimento rural no Maranhão: análise das políticas de apoio aos assentamentos. **Revista Brasileira de Estudos Rurais e Urbanos**, v. 7, n. 2, p. 89–104, 2018.

MIRANDA, E. L., & FIÚZA, A. L. C. (2017). Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte1. **Revista De Economia E Sociologia Rural**, 55(1), 123–136. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550107>

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, 15(43), 83–100, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009>. Acesso em: 08 jan. 2025.

NAVARRO, Z. **A modernização do campo e os desafios da agricultura brasileira**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, I. D.; STURZA, J. A. I., & CLEMENTE, E. C. (2024). Agricultura Familiar e os Assentamentos Rurais no Brasil: A Superação na Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Agroecologia**, 19(2).

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: O desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 656–683, 2012. DOI:10.12957/geouerj.2012.4823. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/4823>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA, G. E. (2018). NARRATIVAS DE VIDA DOS ASSENTADOS NO PROJETO VALE DO ARINOS. **Mercator (fortaleza)**, 17, e17011. <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17011>

SILVA, R. N. S. da. & SILVA, D. N. Os limites e possibilidades do cooperativismo em assentamentos da reforma agrária na região de Carajás (PA). **Revista de Economia**, [S. l.], v. 44, n. esp., p. 347–377, 2023. DOI: 10.5380/re.v44iesp.92374. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/92374>. Acesso em: 20 ago. 2025.

STÉDILE, J. P. A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2012. 320 p. Livro indexado em GeoDados-<http://www.geodados.uem.br> ISBN 85-87394-72-X.

THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELOSO, L. J. F. A educação do campo como possibilidade de efetivação da educação ambiental: uma experiência de intervenção na Escola Municipal Rui Barbosa no assentamento Palmeiral-Vietnã, Esperantinópolis–MA. 2019.

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ENTREVISTADOS.

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Pesquisa: Questões agrárias e vivências no P.A. Palmeiral Vietnã subárea Bom Princípio

Para membros da Associação

*Identificação: idade, gênero, escolaridade e tempo de atuação na Associação.

1. Como se deu o processo de luta e conquista da terra no Assentamento P.A. Palmeiral Vietnã subárea Bom Princípio?
2. Como a Associação tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar no assentamento?
3. Quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento da agricultura familiar no assentamento?
4. Quais são as principais políticas públicas que a associação acessa?
5. A associação promove alguma mediação de acesso a essas políticas públicas para os assentados?
6. Como é a relação entre os moradores do assentamento? Há cooperação e participação comunitária?
7. Quais são as principais atividades produtivas desenvolvidas no assentamento?
8. Você recebe ou já recebeu apoio técnico ou financeiro de algum órgão público ou associação?
9. Quais são, atualmente, as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores em relação à infraestrutura?

Para os participantes da pesquisa

*Identificação dos participantes: Nome, idade, gênero, grau de escolaridade.

1. Como você tomou conhecimento do Assentamento P.A. Palmeiral Vietnã subárea Bom Princípio?
2. Por que você se interessou a obter um lote da Reforma Agrária?
3. Quais foram suas principais formas de trabalho que já desenvolveu na vida? e durante o período em que estava assentado?
4. Que tipo de facilidades ou dificuldades você passou durante o período em que estava assentado?

5. Quais os principais motivos que te levou a desistir do lote da Reforma Agrária?
6. Quais são as principais atividades produtivas desenvolvidas no assentamento?
7. Você recebe ou já recebeu apoio técnico ou financeiro de algum órgão público ou associação?
8. Quais são, atualmente, as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores em relação à infraestrutura?
9. Quais foram os maiores desafios enfrentados desde a chegada ao assentamento?

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO ASSINADO POR UM DOS ENTREVISTADOS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís - Maranhão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Eu, Gilmar Pereira, assino o termo de Consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa de *Trabalho de Conclusão de Curso*, desenvolvida pelo discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Amalri Pereira Rodrigues, orientado pela Profa. Dra. Aline Aparecida Angelo, permitindo, também, que os dados obtidos com minha participação nesse estudo sejam analisados e divulgados para fins unicamente acadêmico-científicos pelo discente.

Esperantinópolis-MA, 06 de Julho de, 2022.

Gilmar Pereira

Assinatura do Participante da pesquisa